

tertúlias 2022

**pobreza, desafios
nacionais à escala local**



**rede social
de cascais**

**plataforma de recursos de
apoio na privação material**



Plano Estratégico de Desenvolvimento Social 2020-2030

Tertúlia “Pobreza, desafios nacionais à escala local”

6 de julho 2022

Objetivo: Reflexão sobre temas estratégicos do PEDS, com o recurso de peritos externos que enquadram o tema, e interação com os profissionais das organizações da Rede Social.

Peritos do tema: Prof^a Fernanda Rodrigues e Prof. Francisco Branco.

Organização: Equipa executiva da Rede Social e Plataforma de Recursos de Apoio na Privação Material.

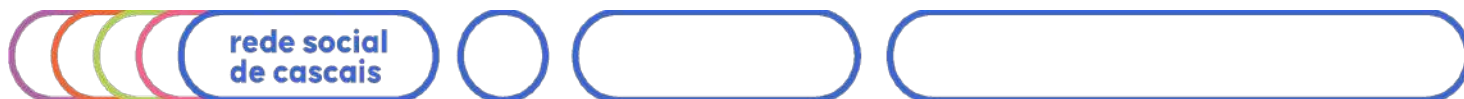
Ideias-síntese das apresentações dos convidados

A. Estratégia Nacional de Combate à Pobreza – Prof. Fernanda Rodrigues

Portugal é um país em que o fenómeno da pobreza apresenta **um perfil de persistência e resistência muito acentuado**, associado a números significativos de pessoas a viver em situação de pobreza.

O problema da pobreza desperta vontades mas reúne **visões e entendimentos diversos**, alguns deles **preconceituosos e estigmatizantes**. E isto é válido para profissionais, decisores e instituições que trabalham neste campo. Importa por isso desocultar estes diferentes olhares e dar visibilidade aos desafios que isso comporta.

Trata-se de um **problema complexo, com dinâmicas múltiplas e raízes muito diversificadas que exige um combate longo, persistente e multifacetado e um diagnóstico atualizado que garanta a adaptação às mutações e ramificações do problema.**



São exemplo destas **causas** muito diversificadas:

- Um mercado de trabalho precarizador e empobrecedor;
- Os baixos rendimentos;
- As baixas qualificações;
- A proveniência e permanência em comunidades e territórios estigmatizantes;
- Uma baixa autoestima;
- O difícil acesso à 1ª habitação e à saúde;
- Os baixos níveis de participação cívica dos que se encontram nesta condição (quando se ouvem geralmente é em diferido).

Estamos **ainda muito focados no apoio e ajuda** e não no enfrentamento do **problema que é não só social mas societal** e como tal **o combate é responsabilidade de todos**.

É necessário:

- Fazer acompanhar as medidas de âmbito monetário (sistema de mínimos sociais), de medidas de médio e longo prazo multinível e multidimensionais;
- Salvaguardar um modelo de governança e um sistema de acompanhamento e monitorização da eficácia e eficiência das intervenções e das políticas sociais publicas;
- Mobilizar recursos;
- Fazer convergir as estratégias setoriais;
- Garantir a participação cívica de todos.

Com a **Estratégia Nacional de Combate à Pobreza**, temos pela primeira vez um instrumento de política que se propõe uma intervenção a 10 anos. **É um compromisso político firme e transversal:**

- Está inscrito no Programa do Governo;
- É uma condição habilitante para o Portugal 20-30 (imposição europeia);
- É uma resposta inscrita no PRR;
- Está inscrito no Pilar Europeu dos Direitos Sociais bem como nos ODS.

Esta **Estratégia que se fundamenta para o diagnóstico**, em dados objetivos mas também num inquérito a organizações e pessoas com trabalho reconhecido neste campo, privilegia o trabalho em **6 grandes dimensões**, designadas como **Pilares**, com a consciência de que traduz uma escolha e que, como qualquer escolha, implica riscos:

1. Redução da Pobreza nas crianças e nos jovens e nas suas famílias;
2. Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza;
3. Potenciar o emprego e a qualificação como fator de eliminação da pobreza;
4. Reforçar as políticas públicas de inclusão social e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos mais desfavorecidos;
5. Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local;
6. Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.



Na fase de implementação da Estratégia que agora começa, ela não terá efetividade se não houver expressão local com as suas especificidades. **Esta Estratégia Nacional não vive sem estratégias locais** que podem mobilizar recursos do PRR e do Portugal 2020-2030.

No domínio do **Combate à Pobreza infantil** a própria **Estratégia tem metas** e linhas de orientação que podem **apoiar a monitorização**:

1. Reduzir para metade a taxa de pobreza nas crianças;
2. Garantir o acesso a bens e serviços básicos que complemente a questão monetária para as crianças e jovens;
3. Garantir um nível de recursos básicos às famílias;
4. Garantir a participação das crianças e jovens no processo de desenvolvimento.

Neste âmbito, algumas **medidas previstas** na Estratégia:

- Progressiva gratuidade das creches;
- Integração do ensino pré-escolar a partir dos 3 anos na escolaridade obrigatória;
- Português como língua materna;
- Estudo acompanhado;
- Acesso a recursos e materiais de estudo para o ensino digital.

B. A Investigação na Pobreza em Portugal – Prof. Francisco Branco

Os primeiros estudos estatísticos remontam aos **anos 70** com a Prof. Manuela Silva, Prof. Bruto da Costa e Prof. Pereirinha.

Após **2010** os dados disponíveis eram os recolhidos com base nos critérios definidos pelo **EUROSTAT** exprimindo a **pobreza monetária na desigualdade de rendimento** e não o fenómeno da pobreza nas suas várias dimensões.

O próprio EUROSTAT e a União Europeia tem vindo a **complexificar a análise do fenómeno da pobreza**:

- em 2010 o indicador de **taxa de risco de pobreza** integrou a **dimensão de privação material**;
- em 2017 é complexificada integrando a **dimensão da privação social** (a inexistência de oportunidade de os indivíduos beneficiarem de bens ou serviços “imateriais” associados ao desenvolvimento dos seres humanos e à sua realização, como por exemplo a participação em atividades de desenvolvimento cognitivo, social, artístico; cultural).

Entretanto, começaram a realizar-se **estudos qualitativos** que chamam a atenção para a **diversidade das pessoas pobres**.

18% da **população** portuguesa está **em situação de pobreza** mas falamos de um **grupo muito diverso de pessoas**.



Alguns estudos e pesquisas de referência em Portugal:

a) **“Faces da Pobreza em Portugal” (2021)**, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Faz uma análise combinada que parte dos dados do ICOR de 2017 (Inquérito às Condições de vida e dos Rendimentos) de que **existem 4 principais perfis de pessoas pobres** considerando a população com 18 e mais anos:

- mais de 1/3 das pessoas pobres são trabalhadores;
- seguem-se os reformados;
- os precários;
- e por fim, os desempregados.

E faz um estudo qualitativo junto de pessoas em situação de pobreza residentes em Portugal (continental e Ilhas) pertencentes aos vários perfis.

O que está em causa:

- Enquanto principal fonte de rendimento dos indivíduos e famílias é o funcionamento do mercado de trabalho, a regulação; a qualidade do emprego; são vetores produtores e reprodutores da pobreza que é um fenómeno societário influenciado pelas estruturas sociais mas é simultaneamente um fenómeno biográfico.
- Como é que se equilibram as necessidades que são diversas; os recursos que são também diversos e as restrições na captação de recursos. Importa perceber qual o papel compensatório para o restabelecimento do equilíbrio das políticas públicas.

Daqui decorre um aspeto essencial que é o da **responsabilidade social das empresas** que tem de ser colocado na ordem do dia.

Link estudo: <https://www.ffms.pt/FileDownload/6e8cd87d-5021-47ea-aa3e-6d4870aa8b2b/faces-da-pobreza-em-portugal>;

b) **“Uma Imensidão de Vidas” (2022)** – Dinamia/EAPN

Faz uma **abordagem longitudinal durante 10 anos** de pessoas e suas trajetórias. Vem confirmar o diagnóstico sobre fatores reprodutores da condição de pobreza.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=GP9LZGcGTRo>

c) **“O Rendimento Adequado em Portugal” (2014-2017)** – ISEG, UCP, ISCTE, ISCSP

Tem por base a ideia de que **medir a pobreza** em Portugal com base em **indicadores monetários** é manifestamente **reduzidor** (ser pobre em Portugal hoje significa ter menos de 550€ - 60% do rendimento mediano em Portugal)

A questão que se colocou é se responde às necessidades dos diferentes perfis de pessoas e famílias? Questionados cidadãos diversos sobre o que consideravam fundamental para poder viver com dignidade em Portugal monetarizaram-se essas necessidades chegando-se a valores monetários para responder a essas necessidades que são diferentes para diferentes perfis de famílias e superiores ao valor da taxa de risco de pobreza.

Ideias-síntese do debate

1. Que entendimento do conceito de pobreza foi tido em conta na construção da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza?

A Estratégia incorpora escolha e não se propõe erradicar a pobreza mas mitiga-la.

Aspetos salientados:

- Considerou perfis de famílias onde estão ausentes: recursos monetários; bens e serviços básicos; recursos de participação cívica; recursos políticos da prioridade atribuída à condição de pobreza.
- Retira o enfoque exclusivo na privação material.
- Propõe uma padronização de bens e serviços a que importa ter acesso.

2. Que margem para rutura com o fenómeno de reprodução do ciclo de pobreza e onde investir para contrariar este fenómeno?

Os estudos têm revelado novas dimensões e manifestações de pobreza mas também muitas manifestações do que muitas vezes se designa velha pobreza. Quebrar os fatores de vulnerabilização em trajetórias biográficas que comprometem a rutura com a condição de pobreza, com o destino de pobreza.

Um dos grandes desafios em Portugal no combate à pobreza é o de quebrar a transmissão intergeracional das condições de pobreza e por isso é fundamental transformar o combate à pobreza na infância num desígnio nacional.

A taxa de pobreza monetária na infância é muito elevada. Para se conseguir inverter a reprodução do ciclo de pobreza é decisivo apostar nas seguintes vetores:

- aposta na educação desde a 1ª infância (o acesso à creche e ao jardim-de-infância fundamental para o desenvolvimento da criança) ;
- acesso e sucesso educativo;
- criação de oportunidades de socialização, desenvolvimento cultural, cognitivo e de resiliência.

A Escola está formatada para o “padrão” o dito “aluno normal”. E nessa medida a Escola produz a exclusão destas crianças do sucesso educativo por não terem “padrão” cognitivo e cultural conforme à norma.

A nível local as lacunas podem ser colmatadas na comunidade. A Autarquia pode dar apoio a estas crianças que precisam de apoio educativo que em casa não têm e a que a Escola só por si não consegue dar resposta.

É necessário em cada contexto perceber que recursos se podem mobilizar mas a Escola tem de se envolver, bem como as famílias e a comunidade. Medidas já implementadas como o Take It têm de ser avaliadas no seu impacto.

Ao nível dos profissionais é necessário trabalhar as representações sociais que existem sobre quem vive em pobreza. Consensualizar concepções sobre a pobreza é uma condição para uma ação mais adequada e relevante nesta problemática.

3. Em Cascais temos tido experiência de atribuição de benefícios diretos às famílias-pecuniários ou através de outras modalidades como o cartão solidário. Qual a sua opinião sobre estas modalidades?

Faz parte a política local a implementação de formas de apoio em géneros ou promoção de acesso a serviços que se consideram fundamentais ao bem-estar da comunidade. Em Cascais algumas iniciativas são certas. É o caso das bolsas sociais em creches. Ao nível local as necessidades e a relação que os diversos atores têm com os municípios levam a uma visão dinâmica das suas competências e do papel que cada ator pode assumir.

As respostas devem garantir a dignidade e o exercício da liberdade pelo que a gestão direta pelas famílias é positiva. Não se deve contudo ser radical.

4. O que é necessário para que as políticas públicas produzam real mudança? Existe preconceito muitas vezes quando são definidas.

É necessário construir consenso social sobre a pobreza e superar preconceitos. O alinhamento dos atores sobre o que é a pobreza, sobre como se manifesta e sobre como se combate é um requisito para que produzir mudança nesta área.

As políticas públicas atuais são insuficientes, mas são fundamentais pois sem elas a pobreza em Portugal seria da ordem dos 40%.

Como mobilizar mais recursos e mais atores? Existe capacidade e disponibilidade para pagar mais impostos?

É fundamental envolver as empresas como parceiros sociais, sobretudo os grandes grupos empresariais no que concerne aos seus trabalhadores mais vulneráveis (muitas vezes em contextos de subcontratação) e apelar à sua responsabilidade social.

5. Muitas das “profissões invisíveis” (ex. auxiliares) nunca tiveram tanta visibilidade como no contexto de pandemia pela exposição mediática. Esta oportunidade de visibilidade da precariedade destas pessoas/profissionais foi perdida. O que se poderia ter feito?

Mais uma vez, esta questão remete para a sustentabilidade das organizações e para a capacidade de gerar receitas. São domínios onde o Estado não presta serviços e tem por isso a responsabilidade de garantir um financiamento compatível

Saliento o conceito de família providência e o impacto desta “almofada” na situação de pobreza, reforço a questão da habitação já referida e os impactos na condição de pobreza decorrente da dificuldade no acesso à mesma e ainda as questões da saúde mental até agora não abordadas.

A depreciação da saúde associada à pobreza é arrasadora. No estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos os indivíduos foram inquiridos sobre o que é essencial assegurar no domínio da saúde, questão acompanhada por peritos. Não havia consenso entre ambos mas foi a opinião dos indivíduos que prevaleceu.



6. Se fosse presidente do CLAS que orientações/recomendações/atuação proporia para a Rede Social de Cascais nesta área?

Trabalhar para uma perceção atualizada e consensualizada sobre as questões da pobreza; as vantagens e necessidade de intervir neste domínio.

- Identificar na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza o que é apropriado para Cascais em termos de recursos e como as prioridades de Cascais se articulam com a Estratégia.
- Elaborar um Programa Local a partir da Estratégia Nacional.
- Afinar e aprofundar o que já está a ser feito em Cascais no Plano Estratégico de Desenvolvimento Social 2020-2030.

Convidados



Profª Fernanda Rodrigues

É licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto e em Sociologia pelo Instituto de Ciências do Trabalho e Empresa e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil). A sua atividade profissional tem-se dividido entre trabalhos de intervenção direta e coordenação na área da Política social, e mais especificamente na Assistência Social. Os trabalhos de investigação além destes domínios têm visado também temas como a Pobreza, Exclusão Social, Ação Local e Mudança Social. Foi membro da Unidade de Investigação e Desenvolvimento que, em Portugal, acompanhou e avaliou os projetos inscritos no III Programa Europeu Anti-Pobreza. Foi coordenadora dos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI) entre 2006-2010. Nos últimos anos tem sido a perita convidada do *Reference Group do the European Semester*. Tem lecionado em vários estabelecimentos de ensino superior nacionais e a nível internacional e em vários cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. No seu percurso profissional tem produzido diversos livros, textos, relatórios de pesquisas e pareceres. Desenvolve também funções de consultora e avaliadora em programas e projetos sociais



Prof. Francisco Branco

Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Doutorado em Serviço Social (especialização: Política social e movimentos sociais) desde 2001. Leciona História do Serviço Social, Investigação Social e Política Social. Coordenador do Doutoramento em Serviço Social. Coordenador do grupo de investigação sobre as Políticas de Interesse Público e Desenvolvimento Humano do Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano - UCP. Membro da direção da *European Social Work Research Association - ESWRA*, e membro do Conselho Editorial do *Critical and Radical Social Work Journal*. A sua pesquisa recente centra-se nos domínios da História do Serviço Social em Portugal e na Relação de Serviço Social e Política Social, principalmente nos EUA. Nesse sentido tem desenvolvido a sua investigação sobre a participação de académicos de serviço social na política social, e ainda no padrão de rendimento mínimo em Portugal com base na abordagem consensual qualitativa. Tem publicado, principalmente em Português, numa ampla variedade de temas, tais como a investigação em serviço social, história do serviço social, a profissão de assistente social, pobreza e assistência social.